

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Liana Santos de Carvalho (EIC)

Linha de Pesquisa: Mercosul: a construção de um projeto histórico

Período de Coleta: 01 de janeiro de 2022 até 31 de janeiro de 2022

Data da notícia: **04/01/2022**

Título: **Contra inflação, Argentina proíbe exportação de “cortes preferidos de carne bovina” até 2023**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/04/contra-inflacao-argentina-proibe-exportacao-dos-cortes-preferidos-de-carne-bovina-ate-2023>

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina determinou nesta segunda-feira (3) a suspensão das exportações de sete cortes de carne bovina até 31 de dezembro 2023. O objetivo é "criar um equilíbrio" entre o mercado interno e o externo e a medida, afirma o Governo Federal, "foi consensuada com as entidades de produtores (e a indústria frigorífica)".

Costela com ou sem osso, coxão mole e paleta estão entre os cortes que não poderão mais ser exportados. A venda para o exterior de carcaças inteiras também foi vetada.

O governo do presidente Alberto Fernández já havia determinado, em maio de 2021, a proibição total da exportação de carnes por 30 dias e, nos meses seguintes, cotas para a venda do produto ao exterior. A Casa Rosada também estabeleceu o congelamento do preço de 1.432 produtos em outubro de 2021. O tabelamento dos preços nos mercados está programado para expirar na sexta-feira, dia 7 de janeiro.

A Argentina é o quinto maior produtor de carne bovina do mundo.

O preço da cesta básica na Argentina subiu 47,1% entre janeiro e novembro de 2021, na comparação com mesmo período de 2020, afirma o Instituto Oficial de Estatísticas Indec. Já Índice de Preços ao Consumidor, também medido pelo Indec, subiu 2,5% em novembro de 2021 na comparação com o mês anterior — e o aumento dos preços do item "carnes e derivados" foi o que mais contribuiu para a subida da categoria "alimentos e bebidas não alcoólicas".

Data da notícia: **07/01/2022**

Título: **Argentina assume presidência da Celac e promete reforçar integração latino-americana.**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/72661/argentina-assume-presidencia-da-celac-e-promete-reforcar-integracao-latino-americana>

Um encontro organizado em Buenos Aires nesta sexta-feira (07/01) reuniu diversos representantes da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) para transferir a Presidência do bloco ao governo da Argentina, que substituiu o México na liderança.

Durante a 22ª Cúpula de chanceleres composta por delegações de 32 países, de forma virtual e presencial, o presidente argentino Alberto Fernández agradeceu o apoio dos países membros do bloco, afirmando que o mecanismo regional “não nasceu para se opor a alguém, ou para interferir na vida política ou econômica de qualquer país.

Fernández também destacou o papel do México na "revitalização" do bloco regional. Para ele, a Celac é uma forma para que os líderes dos 33 países membros se sintam "muito mais fortalecidos por saber que seus irmãos latino-americanos e caribenhos os acompanham”.

“Vamos fazer da América Latina e do Caribe não apenas uma expressão geográfica, mas também uma expressão política, econômica e social”, disse Fernández e agradeceu a todos os membros pelo apoio nas negociações para a reestruturação da dívida que a Argentina mantém com o Fundo Monetário Internacional (FMI), herdado da gestão de Mauricio Macri.

De acordo com o Chefe de Estado argentino, a aliança regional "surgiu como um foro a nosso favor", que promove o "consenso e a pluralidade em um marco de convivência democrática sem nenhum tipo de exclusões". Para ele, a Celac também tem sido uma "ponte para outros países ou foros" fora da América Latina.

‘Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, declarou que a Celac é a "prova de que construir uma ética nas relações internacionais não é uma utopia".

Cafiero afirmou que, agora na liderança do bloco, a Argentina continua apelando pela participação e ao consenso entre os membros, destacando linhas de ação para a agenda de trabalho frente ao organismo.

Entre elas, o chanceler argentino destacou o trabalho frente às mudanças climáticas, emergências sanitárias, intercâmbio em questões educacionais, combate à corrupção e segurança alimentar.

Ele também ressaltou a questão da conectividade regional, além do fortalecimento institucional da Celac, buscando maior participação de mulheres.

Durante a cúpula na capital argentina, o ministro destacou a importância de se ampliar o diálogo do bloco com países como China, Rússia, Índia e membros da União Europeia. Segundo ele, a agenda do bloco para este ano será aberta, podendo incorporar novos desafios e objetivos, além de profundamente democrática e respeitando a realidades das nações.

Bruno Rodríguez, chanceler de Cuba, apontou que a Celac deve continuar consolidando a "unidade na diversidade". Durante a reunião, Cuba e Argentina assinaram acordos de cooperação para aumentar a produção agrícola da ilha caribenha.

Em 2021, durante a Presidência do México, cerca de 1 milhão de doses de vacinas contra a covid-19 foram doadas ao Equador. Também foi criado um fundo contra desastres naturais e efeitos da mudança climática na América Latina e Caribe, arrecadando US\$ 15 milhões (cerca de R\$ 79 milhões).

Tanto o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, como o boliviano Luis Arce expressaram que o objetivo é transformar a Celac em uma alternativa à Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Celac foi criada em 2010, em Caracas, por iniciativa do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, e busca agrupar todos os Estados da região numa aliança econômica e cultural. Em 2020, o Brasil anunciou sua saída do bloco.

Data da notícia: **07/01/2022**

Título: **Argentina assume presidência da Celac em Cúpula de Chanceleres realizada nesta sexta**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/07/argentina-assume-presidencia-da-celac-em-cupula-de-chanceleres-realizada-nesta-sexta>

Os chanceleres da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) se reúnem, nesta sexta-feira (7), em Buenos Aires, para transferir a presidência do bloco do México para a Argentina.

A 22ª Cúpula de chanceleres reúne de maneira presencial e virtual delegações dos 32 países integrantes do bloco.

O Ministro de Relações Exteriores argentino Santiago Cafiero recebeu todos os chanceleres para definir um plano de ação do bloco no próximo ano.

"A Celac é a prova de que construir uma ética nas relações internacionais não é uma utopia", afirmou.

O chanceler cubano, Bruno Rodríguez, também destacou que a Celac deve continuar consolidando a "unidade na diversidade". Durante a reunião, Cuba e Argentina assinaram acordos de cooperação para aumentar a produção agrícola da ilha caribenha.

Em 2021, durante a presidência pró-tempore do México, cerca de 1 milhão de doses de vacinas contra a covid-19 foram doadas ao Equador. Também criaram um fundo contra desastres naturais e efeitos da mudança climática na América Latina e Caribe, arrecadando US\$ 15 milhões (cerca de R\$ 79 milhões).

Tanto o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, como o boliviano Luis Arce expressaram que o objetivo é transformar a Celac numa alternativa à Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Celac foi criada em 2010, em Caracas, por iniciativa do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, e busca agrupar todos os Estados da região numa aliança econômica e cultural. Em 2020, o Brasil anunciou sua saída do bloco.

Data da notícia: **12/01/2022**

Título: **Bolsonaro diz que não vai à posse de Gabriel Boric no Chile**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/72699/bolsonaro-diz-que-nao-vai-a-posse-de-gabriel-boric-no-chile>

O presidente brasileiro Jair Bolsonaro disse nesta quarta-feira (12/01) que não vai à posse do presidente eleito no Chile, Gabriel Boric, marcada para o dia 11 de março.

Em entrevista concedida ao site Gazeta Brasil, o mandatário declarou que não é “de criar problemas” com as relações externas, já que, segundo ele, o Brasil “vai muito bem com o mundo todo”.

No entanto, Bolsonaro declarou que não irá ao evento, questionando quem poderia ir à posse: “você vê, quem vai na posse do novo presidente do Chile? Eu não irei. Vê quem vai”.

Candidato de esquerda pelo Aprove Dignidade, **Boric venceu o segundo turno das eleições presidenciais chilenas** contra o candidato direitista José Kast, do Partido Republicano.

O Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a se manifestar sobre a vitória do representante da esquerda sobre o candidato da extrema-direita, que havia recebido apoio público do presidente Bolsonaro.

Quatro dias após o governo chileno confirmar a eleição, o Itamaraty enviou os cumprimentos por meio de nota. Segundo disse Bolsonaro em live semanal no dia 23 de dezembro, o gesto diplomático só aconteceu depois de sua autorização.

Ainda durante a entrevista, o presidente brasileiro minimizou a gravidade da variante ômicron, defendendo a imunidade de rebanho no país.

Data da notícia: **23/01/2022**

Título: **Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

Apesar de a transfobia ser crime no Brasil desde 2019, o país é ainda o que mais mata pessoas trans e travestis em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo. O número de assassinatos de mulheres trans e travestis é o maior desde 2008 — ano em que o dado começou a ser registrado.

Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIA+, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53.

Os dados apontam também que, nos últimos 13 anos, pelo menos 4.042 pessoas trans e de gêneros diversos foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021. Entre outubro de 2020 e setembro de 2021 foram registrados 375 assassinatos no mundo, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior.

O relatório mostra que o Brasil teve 125 mortes. Por outro lado, só no ano de 2020, Associação Nacional de Travestis e Transexuais reportou 175 transfeminicídios e mapeou 80 mortes no primeiro semestre de 2021.

As maiores vítimas de transfeminicídio são mulheres. De acordo com o documento da Transgender Europe, 96% das pessoas assassinadas em todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfeminadas; 58% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo; a idade média das pessoas assassinadas é de 30 anos; 36% dos homicídios ocorreram na rua e 24% na própria residência.

Os dados da organização (TGEU) são obtidos por movimentos trans e organizações da sociedade civil que realizam alguma categoria de monitoramento profissional em seus países. Mas, esses números não representam a transfobia no Brasil.

Segundo o relatório, ainda há que considerar os casos não reportados e as mortes não registradas com motivação transfóbica pelos sistemas governamentais de segurança pública, que no Brasil são gritantes.

Para Kaio de Souza Lemos, homem trans, coordenador da Revista Estudos Transviades e do Instituto Brasileiro Transmasculinidades (IBRAT), a falta de boletins de ocorrência transforma a transfobia em um crime invisível, dificultando o mapeamento de políticas públicas.

Segundo ele, a escalada da violência contra as pessoas transgênero tem se confundido com o ambiente político, “marcada por um fundamentalismo da heteronormatividade e que reflete na falta de dados sobre a violência contra essa população”.

A jornalista e produtora de conteúdo trans, Helena Vieira, analisa que no Brasil ainda não se reconhece a categoria de violência contra pessoas trans.

“Precisamos falar de genocídio, pois a forma de funcionamento da violência no Brasil contra pessoas trans é, ao mesmo tempo, explícita por seus números e escondida, como se houvesse um acordo tácito de silenciar frente a essas mortes.”

Direito de existir e viver

O estudo LGBTIfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização publicado em 2021, pesquisa organizada pela All Out e coordenada pelo

Instituto Matizes, aponta que, passados dois anos da decisão do STF, a criminalização da LGBTIfobia ainda não é uma realidade no país.

“As dificuldades de efetivar as denúncias se somam à resistência das forças de segurança pública e do sistema judicial em reconhecer e aplicar a decisão”.

O levantamento aponta 34 barreiras para o reconhecimento da criminalização contra essa população. A ausência de padronização dos sistemas estaduais de registro das ocorrências e o não reconhecimento do nome social de travestis e pessoas trans nos procedimentos de denúncia estão entre as barreiras sobre procedimentos institucionais apontadas pelo estudo.

A inexistência dos campos de orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas de preenchimento de boletins de ocorrência (BO) é apontada como uma das barreiras sobre falta de transparência e opacidade do Estado.

Outros obstáculos são o baixo índice de preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero, quando existem, e o preenchimento inexpressivo dos campos de motivação de crimes LGBTIfóbicos nos BOs.

Em outubro de 2021, o Jornal Hoje da Rede Globo, investigou o número de casos de homofobia e transfobia registrados nas delegacias a partir de um requerimento a todos os estados brasileiros, por meio das secretarias estaduais de segurança pública, via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Apenas 15 estados e o Distrito Federal informaram os números, 10 estados disseram que seus sistemas que não permitem saber as próprias estatísticas em relação a esses crimes e o estado de Santa Catarina deu uma resposta inconclusiva.

Dos números informados à reportagem do jornal entre junho de 2020 e junho de 2021, foram contabilizados 135 crimes de homofobia e transfobia. Por outro lado, os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) -- citados no início dessa matéria -- que tratam apenas dos crimes de transfeminicídio, são maiores que todos os dados de homofobia registrados no Brasil.

São 175 assassinatos cometidos contra travestis e mulheres trans só em 2020. No primeiro semestre de 2021 foram mortas 89 pessoas trans, segundo a associação: 80

assassinatos e 9 suicídios. A Antra registrou ainda nesse período 33 tentativas de assassinato e 27 violações de direitos humanos contra essa população.

A reportagem do Jornal Hoje também solicitou às secretarias estaduais de segurança pública os números de outros crimes contra a população LGBT+.

Nove estados não souberam responder, entre eles AM, RJ e MG. Dos estados que responderam à solicitação, foram contabilizados pela reportagem 1.726 registros de crimes com motivação homofóbica, um aumento de 21% em relação a 2019. Desse total, foram registradas 813 ofensas (injúrias, difamações e calúnias), 335 ameaças e 237 agressões.

Data da notícia: **28/01/2021**

Título: **Brasil fecha 2021 com 1937 resgatados da escravidão, maior soma desde 2013**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/28/brasil-fecha-2021-com-1937-resgatados-da-escravidao-maior-soma-desde-2013>

O Brasil encontrou 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea em 2021, maior número desde os 2.808 trabalhadores de 2013, segundo informações divulgadas pelo renascido Ministério do Trabalho e Previdência nesta quinta (27). Ao todo, foram 443 operações – um recorde desde a criação dos grupos especiais de fiscalização móvel, base do sistema de combate à escravidão no país, em maio de 1995.

E, pela primeira vez, houve ações em todas as 27 unidades da federação para verificação de denúncias. Elas levaram a resgates no Distrito Federal e em 22 estados – não houve apenas no Acre, Amapá, Paraíba e Rondônia. Celebra-se, nesta sexta (28), o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Ao todo, foram R\$ 10.229.489,83 de verbas salariais e rescisórias pagas aos trabalhadores no momento dos resgates, também o maior valor já desembolsado por empregadores em um ano de fiscalizações. Por conta das operações, foram

recuperados mais de R\$ 3,7 milhões para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Desde 1995, quando o Brasil reconheceu diante das Nações Unidas a persistência do trabalho escravo em seu território, até o final do ano passado, mais de 57 mil pessoas foram resgatadas.

As operações são levadas a cabo pelos grupos especiais, coordenados por auditores fiscais do trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, entre outras instituições. Ou por equipes ligadas às Superintendências Regionais do Trabalho nos estados, que também contam com o apoio das Polícias Civil, Militar e Ambiental.

O decreto 10.282, de 20 de março de 2020, definiu a fiscalização como atividade pública essencial na pandemia. Com isso, as operações continuaram sendo realizadas, resgatando, inclusive, trabalhadores doentes com covid-19.

MG tem maior número de resgatados

Minas Gerais foi o estado com o maior número de operações de combate ao trabalho escravo em 2021, com 99 empregadores fiscalizados, e o maior número de trabalhadores resgatados: 768. Desde 2013, o estado vem ficando em primeiro lugar em resgates por conta da ação da superintendência no estado.

Em Minas, por exemplo, duas crianças de nove e dez anos e uma adolescente de 13 foram encontradas, junto com seus pais, em condições análogas às de escravo em uma fazenda de café e eucalipto em Minas Novas, região do Vale do Jequitinhonha, em fevereiro. De acordo com a fiscalização, eles passaram fome. No momento da fiscalização, foi constatado um pouco de arroz, de macarrão, sal e feijão e açúcar misturado com pó de café. Questionado sobre a razão dessa mistura, o trabalhador explicou que era para evitar que as crianças comessem o açúcar. Elas iam atrás do produto porque estavam com fome.

Café: atividade com mais resgates

Do total de resgatados, 310 estavam no cultivo de café, 215 no de alho, 173 na produção de carvão vegetal, 151 na preparação de terreno, 142 na cana-de-açúcar e 106 na criação de bovinos para corte. Trabalhadores em atividades rurais representaram 89%.

A maioria absoluta dos 71 resgatados da escravidão em uma fazenda de café, em Vila Valério (ES), em maio, estavam trabalhando com covid-19 quando foram encontrados pelos auditores fiscais do trabalho e por policiais federais. “Desde o início do resgate foram diagnosticados 65 empregados com a doença. Constatamos inclusive que o empregador não realizou qualquer exame admissional”, afirmou o auditor fiscal Rodrigo Carvalho, coordenador da operação. E, mesmo com os sintomas, continuavam no serviço, sem que fossem isolados ou recebessem assistência por parte do empregador.

Dos 210 resgatados em atividades urbanas em 2021, 108 estavam na incorporação de empreendimentos imobiliários e construção civil.

O serviço doméstico envolveu 27 vítimas – em 2020, haviam sido apenas três. “Em razão da grande repercussão do resgate da trabalhadora doméstica Madalena Gordiano no final de 2020 em Patos de Minas, o número de denúncias aumentou, o que levou a Inspeção do Trabalho a realizar 49 ações fiscais com o objetivo de verificar possível situação de escravidão contemporânea em ambientes domésticos rurais e urbanos”, afirmou o auditor fiscal Maurício Krepsky, chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) das Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Data da notícia: **28/01/2022**

Título: **“Não restringe direitos”, diz presidente argentino sobre acordo com FMI**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/28/nao-restringe-direitos-diz-presidente-argentino-sobre-acordo-com-fmi>

Após semanas de tensão e incertezas sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o presidente Alberto Fernández anunciou nesta sexta-feira (28) que o governo chegou a um acordo com o Fundo que protege o país de um ajuste fiscal. O anúncio ocorre no dia de vencimento de uma parcela de US\$ 731 milhões, cerca de R\$ 3,9 bilhões, da dívida.

Em uma mensagem gravada na sede presidencial, em Olivos, o presidente destacou que o país poderá continuar no rumo da recuperação econômica, que já retorna após dois anos de pandemia, e que não haverá desvalorização da moeda. Anunciou, ainda, que o plano será enviado ao Congresso Nacional.

"Tínhamos uma dívida impagável, e agora temos um acordo razoável", enfatizou o mandatário. "A história julgará quem fez o que. Quem criou o problema e quem o resolveu", disse.

A dívida enfrentada pela Argentina condiciona os planos econômicos do país desde o pedido de empréstimo realizado pelo governo do ex-presidente Mauricio Macri, do Partido Republicano, em 2018. O valor total solicitado e concedido pelo Fundo à Argentina foi de US\$ 57 bilhões de dólares, o mais alto já outorgado pelo organismo. Foram desembolsados US\$ 44,5 bilhões de dólares.

Acordo em 4 blocos

Após o anúncio do presidente, o Ministro da Economia, Martín Guzmán, e o Chefe de Gabinete, Juan Manzur, entraram em maiores detalhes sobre o plano em uma conferência de imprensa.

Guzmán anunciou que o acordo será dividido em quatro blocos: fiscal, monetário e financeiro, inflação e política externa e cambiária.

O primeiro ponto destacado foi a maior focalização dos recursos do Estado e um maior investimento público, "respeitando a lei da ciência e tecnologia". Para 2022, a projeção é de um déficit fiscal primário de 2,5% do PIB e de 1,9% para 2023. "Para alcançar essa redução gradual do déficit fiscal, trabalharemos em fortalecer a administração tributária, buscando reduzir a evasão", diz o ministro.

"O acordo consiste em poder ter um trajeto fiscal que não iniba o crescimento", afirma o Ministro de Economia. "O Estado poderá ter um papel moderadamente expansivo com o gasto crescendo em forma moderada em termos reais, ou seja, sem políticas de ajuste".

No segundo bloco, monetário e financeiro, Guzmán destacou uma redução gradual, mas decidida, da assistência monetária do Banco Central ao Tesouro. "Em 2021, o financiamento monetário finalizou em 3,5 pontos do PIB. Para 2022, apontamos a 1% do PIB; em 2023, 0,6% e, em 2024, próximo a zero." Dessa forma, a equipe econômica do governo prevê o fim do financiamento automático do Banco Central ao Tesouro.

Para isso, apontarão a uma "estrutura de taxas de juros reais positivas para fortalecer a demanda por ativos na nossa moeda e contribuir para a estabilidade cambiária e financeira".

O terceiro bloco, a inflação, trata de um problema estrutural na economia argentina e que, como destacado por Guzmán, tem fatores multicausais. "Em primeiro lugar, há um fator produtivo, uma incapacidade da Argentina de ter um crescimento sustentado das exportações. Quando o país cresce e a demanda de divisas aumenta, crescem as importações e o problema da falta de reservas, que redundam em instabilidade cambial e inflação."

Nesse sentido, anunciou que o plano contempla melhorar o perfil de financiamento da política pública e fortalecer a sustentabilidade das finanças estatais, reduzindo a emissão monetária. "Isso se dá em um contexto de redução gradual do déficit fiscal, ao mesmo tempo em que o Estado tem um papel contracíclico", disse Guzmán.

No bloco sobre inflação, o controle de preços e o aumento do salário real dos trabalhadores foram pontos destacados como centrais.

No último bloco, sobre a política cambial, o ministro da Economia voltou a reforçar o que o presidente havia anunciado: não haverá saltos cambiais. Em 2021, o país acumulou uma inflação de 50,9%, e o peso argentino esteve entre as moedas mais desvalorizadas do mundo, sofrendo uma desvalorização de 14,7%, atrás apenas da lira turca (16,2%), segundo a Bloomberg.

"Temos uma meta de crescimento para este ano de US\$ 5 bilhões", afirmou o ministro da Economia. "Continuaremos contando com regulações na conta financeira que impeçam que a Argentina atravesse uma situação de instabilidade, enquanto apontamos a um horizonte de regulações macro prudenciais, que desestimule a entrada e saída de capitais especulativos e facilite o investimento na economia real."

Em conclusão, o ministro ressaltou a irresponsabilidade do governo macrista em afundar o país em uma dívida bilionária, que serviu unicamente para a evasão dos dólares e submeteu o país ao FMI. "Todos sabemos o que essa dívida representava. O que o governo do ex-presidente Mauricio Macri fez é uma tragédia para o país, impossibilitando um futuro melhor. Isso era uma espada de Dâmocles, uma espada no pescoço", disse Guzmán.